

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Introdução à lingüística : domínios e fronteiras, v. 1 / Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes (orgs.) – São Paulo : Cortez, 2001

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 85-249-0772-X

1. Lingüística 2. Lingüística – Estudo e ensino I. Mussalim, Fernanda. II. Bentes, Anna Christina.

01-0320

CDD-410

Índices para catálogo sistemático:

1. Lingüística 410

fernanda mussalim
anna christina bentes
organizadoras

Ana Paula Scher • Angel Corbera Mori • Anna Christina Bentes • Filomena Sândalo •
Gladis Massini-Cagliari • Luis Carlos Cagliari • Marina R. A. Augusto • Nilson Gabas Jr. •
Roberto Gomes Camacho • Rosane de Andrade Berlinck • Tânia Alkmim

introdução à lingüística

**domínios
e fronteiras**

Volume 1

1

SOCIOLINGÜÍSTICA

PARTE I

Tânia Maria Alkmim

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável. Mais do que isso, podemos afirmar que essa relação é a base da constituição do ser humano. A história da humanidade é a história de seres organizados em sociedades e detentores de um sistema de comunicação oral, ou seja, de uma língua. Efetivamente, a relação entre linguagem e sociedade não é posta em dúvida por ninguém, e não deveria estar ausente, portanto, das reflexões sobre o fenômeno lingüístico. Por que se fala, então, em Sociolingüística? Ou melhor, por que existe uma área, dentro da Lingüística, para tratar, especificamente, das relações entre linguagem e sociedade — a Sociolingüística? A linguagem não seria, essencialmente, um fenômeno de natureza social? As respostas a questões como essas não são tão óbvias. Para respondê-las, é preciso considerar razões de natureza histórica, mais precisamente, o contexto social mais amplo em que se situam aqueles que se dedicam a pensar o fenômeno lingüístico. Assim, inicialmente, é necessário levar em conta que os estudiosos do fenômeno lingüístico, como homens de seu tempo, assumiram posturas teóricas em consonância com o fazer

científico da tradição cultural em que estavam inseridos. Nesse sentido, as teorias de linguagem, do passado ou atuais, sempre refletem concepções particulares de fenômeno lingüístico e compreensões distintas do papel deste na vida social. Mais concretamente, em cada época, as teorias lingüísticas definem, a seu modo, a natureza e as características relevantes do fenômeno lingüístico. E, evidentemente, a maneira de descrevê-lo e de analisá-lo.

Alguns manuais de história da Lingüística nos oferecem um panorama de diversas abordagens no estudo do fenômeno lingüístico¹. Observemos, a título ilustrativo, alguns comentários de Câmara Jr., em *História da Lingüística*, a respeito do lingüista alemão Augusto Schleicher, cujos trabalhos tiveram forte impacto no século XIX:

Schleicher não era apenas um lingüista mas também um estudioso das ciências naturais dedicando-se à botânica. Este fato dera-lhe uma orientação a favor das ciências da natureza. Ademais, de acordo com a filosofia de Hegel, que dominou o pensamento alemão dessa época, as ciências humanas, incluindo a história, são o produto do livre pensamento do homem e não podem ser colocadas sob a influência de leis imutáveis e gerais tais como o fenômeno da natureza.

Ora, Schleicher, como todos os lingüistas anteriores a ele, tinha a ambição de elevar o estudo da linguagem ao *status* de uma ciência rigorosa com rigorosas leis de desenvolvimento².

É assim que Schleicher se propõe a colocar a Lingüística no campo das ciências naturais, dissociando-a da tradição filológica, vista por ele como um ramo da História, ciência humana. Para o referido lingüista alemão, o desenvolvimento da linguagem era comparável ao de uma planta que nasce, cresce e morre segundo leis físicas. A linguagem é vista como um organismo natural ao qual se aplica, portanto, o conceito de evolução, desenvolvido por Darwin. A esse respeito Câmara Jr. relata o que se segue:

De acordo com Schleicher, cada língua é o produto da ação de um complexo de substâncias naturais no cérebro e no aparelho fonador. Estudar uma língua é, portanto, uma abordagem indireta a este complexo de matérias. Desta maneira, foi ele levado a adiantar que a diversidade das línguas depende da diversidade dos cérebros e órgãos fonadores dos homens, de acordo com as suas raças. E associou

1. Ver Câmara Jr., J. M. *História da Lingüística*. Rio de Janeiro, Vozes, 1975; Malmberg, B. *Histoire de la Linguistique. De Sumner a Saussure*. Paris, PUF, 1991; Wartburg, W. von & Ulmann, S. *Problemas e métodos da Lingüística*. São Paulo, Difel, 1975. (título original, 1943)

2. Câmara Jr., J. M. Op. cit., n. 50.

a língua à raça de maneira indissolúvel. Advogou que a língua é o critério mais adequado para se proceder à classificação racial da humanidade³.

A orientação biologizante que Schleicher imprimiu à Lingüística da sua época afastou, evidentemente, toda consideração de ordem social e cultural no trato do fenômeno lingüístico.

A relação entre linguagem e sociedade, reconhecida, mas nem sempre assumida como determinante, encontra-se diretamente ligada à questão da determinação do objeto de estudo da Lingüística. Isto é, embora admita-se que a relação linguagem-sociedade seja evidente por si só, é possível privilegiar uma determinada óptica, e esta decisão repercute na visão que se tem do fenômeno lingüístico, de sua natureza e caracterização. Nesse sentido, a Lingüística do século XX teve um papel decisivo na questão da consideração da relação linguagem-sociedade: é esta que se encarrega de excluir toda consideração de natureza social, histórica e cultural na observação, descrição, análise e interpretação do fenômeno lingüístico. Referimo-nos, aqui, à constituição da tradição estruturalista, iniciada por Saussure em seu *Curso de Lingüística geral*, em 1916. É Saussure quem define a língua, por oposição à fala, como o objeto central da Lingüística. Na visão do autor, a língua é o sistema subjacente à atividade da fala, mais concretamente, é o sistema invariante que pode ser abstraído das múltiplas variações observáveis da fala. Da fala, se ocupará a Estilística, ou, mais amplamente, a Lingüística Externa. A Lingüística, propriamente dita, terá como tarefa descrever o sistema formal, a língua. Inaugura-se, assim, a chamada abordagem imanente da língua, que, em termos saussureanos, significa afastar “tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema”⁴.

Interessantemente, para Saussure, a língua é um fato social, no sentido de que é um sistema convencional adquirido pelos indivíduos no convívio social. Mais precisamente, ele aponta a linguagem com a faculdade natural que permite ao homem constituir uma língua. Em conseqüência, a língua se caracteriza por ser “um produto social da faculdade da linguagem”⁵.

Saussure privilegia o caráter formal e estrutural do fenômeno lingüístico, embora reconheça a importância de considerações de natureza etnológica, histórica e política. Segundo ele, “o estudo dos fenômenos lingüísticos externos é muito frutífero; mas é falso dizer que sem estes não seria possível conhecer o

3. Câmara Jr., J. M. Op. cit., p. 51.

4. Saussure, F. de. *Curso de Lingüística geral*. 3. ed. São Paulo, Cultrix, 1981. (título original, 1916b)

5. Saussure, F. de. Op. cit., p.17.

organismo lingüístico interno”⁶. Saussure institucionaliza a distinção entre uma Lingüística Interna oposta a uma Lingüística Externa. É essa dicotomia que dividirá, de maneira permanente, o campo dos estudos lingüísticos contemporâneos, em que orientações formais se opõem a orientações contextuais, sendo que estas últimas se encontram fragmentadas sob o rótulo das muitas interdisciplinas: Sociolingüística, Etnolingüística, Psicolingüística etc.

A tradição de relacionar linguagem e sociedade, ou, mais precisamente, língua, cultura e sociedade, está inscrita na reflexão de vários autores do século XX. Integrados ou não à grande corrente estruturalista, que ocupou o centro da cena teórica, particularmente, a partir dos anos 1930, encontramos lingüistas cujas obras são referências obrigatórias, quando se trata de pensar a questão do social no campo dos estudos lingüísticos. Não caberia, aqui, enumerar todos esses estudiosos, mas uma breve referência a alguns nomes, ligados ao contexto europeu, impõe-se: Antoine Meillet, Mikhail Bakhtin, Marcel Cohen, Émile Benveniste e Roman Jakobson.

Meillet, aluno de Saussure, filia-se à orientação diacrônica dos estudos lingüísticos, mas, para ele, a história das línguas é inseparável da história da cultura e da sociedade: é essa abordagem que podemos ver em sua obra, sobre a história do latim, *Esquisse d'une histoire de la langue latine*. A propósito desse lingüista francês, cabe destacar sua visão do fenômeno lingüístico, bem ilustrada por um trecho de sua aula inaugural no *Colège de France*, em 1906:

Ora, a linguagem é, eminentemente, um fato social. Tem-se, frequentemente, repetido que as línguas não existem fora dos sujeitos que as falam, e, em conseqüência disto, não há razões para lhes atribuir uma existência autônoma, um ser particular. Esta é uma constatação óbvia, mas sem força, como a maior parte das proposições evidentes. Pois, se a realidade de uma língua não é algo de substancial, isto não significa que não seja real. Esta realidade é, ao mesmo tempo, lingüística e social⁷.

Bakhtin (1929), com sua crítica radical à postura saussureana, traz para o centro da cena dos estudos lingüísticos a noção de comunicação social:

6. Saussure, F. de. Op. cit., p. 31.

7. O texto original de MEILLET é o que se segue: “Or, le langage est éminemment un fait social. On a souvent répété que les langues n'existent pas en dehors des sujets que les parlent, et que par suite on n'est pas fondé à leur attribuer une existence autonome, un être propre. C'est une constatation évidente, mais sans portée, comme la plupart des propositions évidentes. Car si la réalité d'une langue n'est pas quelque chose de substantiel, elle n'en existe pas moins. Cette réalité est à la fois linguistique et sociale”. In: Meillet, A. *Esquisse d'une histoire de la langue latine*. Paris, Klincksiek, 1977, p. 16. (título original, 1928)

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal* realizada através da *enunciação* ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua⁸.

De uma perspectiva diferente da de Bakhtin, Jakobson, outro lingüista russo, explicita sua visão sobre a relação entre linguagem e contexto social, em que a noção de comunicação tem também um papel central. Para Jakobson, o princípio da homogeneidade do código lingüístico, postulado por Saussure (1916), e adotado pela Lingüística, “não passa de uma ficção desconcertante”⁹, já que todo indivíduo participa de diferentes comunidades lingüísticas e todo código lingüístico é “multiforme e compreende uma hierarquia de subcódigos diversos, livremente escolhidos pelo sujeito falante”¹⁰, segundo a função da mensagem, do interlocutor ao qual se dirige e da relação existente entre os falantes envolvidos na situação comunicativa.

Para Jakobson (1960), o ponto de partida é o processo comunicativo amplo, e isso o leva a ultrapassar a óptica estreita de uma análise do fenômeno lingüístico ancorada apenas em suas características estruturais. Ao privilegiar o processo comunicativo, o referido autor privilegia também os aspectos funcionais da linguagem. É o que podemos ver com clareza em seu célebre artigo *Lingüística e poética*, em que Jakobson identifica os fatores constitutivos de todo ato de comunicação verbal: *o remetente, a mensagem, o destinatário, o contexto, o canal e o código*. Cada um desses fatores determina uma diferente função de linguagem, seguindo-se, então, que “a estrutura verbal de uma mensagem depende basicamente da função predominante”¹¹. Assim é que, por exemplo, a predominância do fator *remetente* configura a função emotiva ou expressiva, que exprime “a atitude de quem fala em relação àquilo de que está falando”¹², e se evidencia, entre outros procedimentos, pelo uso de interjeições, pela alteração de duração de vogais (por exemplo, em português, *graande*).

8. Bakhtin, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 5. ed. São Paulo, Hucitec, 1990, p. 123. (título original, 1929)

9. Jakobson, R. *Relações entre a ciência da linguagem e as outras ciências*. Lisboa, Bertrand, 1973, p.29.

10. *Ibidem*, p. 29.

11. Jakobson, R. *Lingüística e poética*. In: *Lingüística e comunicação*. São Paulo, Cultrix, 1970, p.123. (título original, 1960)

12. Jakobson, R. *Lingüística e comunicação*. São Paulo, Cultrix, p.124

Em 1956, o francês Marcel Cohen publicou *Pour une sociologie du langage* — republicado, em 1971, com o novo título de *Matériaux pour une sociologie du langage* — em que advoga a necessidade de um diálogo entre as ciências humanas, afirmando que “os fenômenos lingüísticos se realizam no contexto variável dos acontecimentos sociais”¹³. Mas, ao assumir o postulado saussureano de que é preciso separar aspectos internos e aspectos externos no estudo das línguas, Cohen assume a questão das relações entre linguagem e sociedade a partir da consideração de fatores externos. Nesse sentido, o referido autor estabelece um repertório de tópicos de interesse para um estudo sociológico da linguagem, como, por exemplo, o estudo das relações entre as divisões sociais e as variedades de linguagem, que permite abordar temas como: a distinção entre variedades rurais, urbanas e de classes sociais, os estilos de linguagem (variedades formais e informais), as formas de tratamento, a linguagem de grupos segregados (jargão de estudantes, de marginais, de profissionais etc.).

Finalmente, alguns rápidos comentários sobre Benveniste, lingüista francês, cuja reflexão marcou profundamente a Lingüística francesa contemporânea em geral e, particularmente, o campo da Análise do Discurso¹⁴. Exporemos aqui apenas alguns comentários que tematizam a questão das relações entre linguagem e sociedade. Para Benveniste (1963), “é dentro da, e pela língua, que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente”¹⁵, dado que ambos só ganham existência pela língua. É que a língua é a manifestação concreta da faculdade humana da linguagem, isto é, da faculdade humana de simbolizar. Sendo assim, é pelo exercício da linguagem, pela utilização da língua, que o homem constrói sua relação com a natureza e com os outros homens. Em outros termos, “a linguagem sempre se realiza dentro de uma *língua*, de uma estrutura lingüística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular”¹⁶. Logo, língua e sociedade não podem ser concebidas uma sem a outra.

Particularmente, em “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, Benveniste (1968) discute a questão que nos interessa aqui. Segundo ele, “a idéia de procurar entre estas duas entidades relações unívocas que fariam

13. O texto original de Cohen (1956) é o que se segue: “Les phénomènes linguistiques se réalisent dans le cadre changeant des événements sociaux”. In: Cohen, M. *Matériaux pour une sociologie du langage*. Paris, Maspero, 1956, v. 2, p. 30.

14. Cf. particularmente o famoso artigo de Benveniste, “O aparelho formal da enunciação”, in Benveniste, E., *Problemas de lingüística geral II*, São Paulo, Cia. Editora Nacional/EDUSP, 1989. (título original, 1974).

15. Benveniste, E. *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo, Cia. Editora Nacional/EDUSP, 1976, p. 27.

16. *Ibidem*, p. 31.

corresponder tal estrutura social a tal estrutura lingüística parece trair uma visão muito simplista das coisas”¹⁷. Isto porque sociedade e língua são grandezas de ordem distinta, ou melhor, têm organizações estruturais diversas. Assim é que a língua se organiza em unidades distintas, que são em número finito, combináveis e hierarquizadas — o que não se observa na organização social. Mas, segundo o autor, algumas propriedades aproximam língua e sociedade: são realidades inconscientes, representam a natureza, são sempre herdadas e não podem ser abolidas pela vontade dos homens. Há, no entanto, uma dimensão privativa da língua, que a coloca num plano especial: seu poder coercitivo, que transforma um agregado de indivíduos em uma comunidade, criando a possibilidade da produção e da subsistência coletiva. Para Benveniste, a questão da relação entre língua e sociedade se resolve pela consideração da língua como instrumento de análise da sociedade. Ele afirma que a língua contém a sociedade e por isto é o interpretante da sociedade. Esse papel de interpretante é garantido pelo fato de que a língua é “o instrumento de comunicação que é e deve ser comum a todos os membros da sociedade”, possibilitando, assim, “a produção indefinida de mensagens em variedades ilimitadas”¹⁸. Mais exatamente: “a língua é necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência”¹⁹. Além disso, a língua dá forma à sociedade ao exibir o semantismo social, que consiste, principalmente, de designações, de fatos de vocabulário. Particularmente, o vocabulário se apresenta como uma fonte importante para os estudiosos da sociedade e da cultura, pois retém informações sobre as formas e as fases da organização social, sobre os regimes políticos etc. Essa linha de reflexão é exemplarmente representada na obra de Benveniste (1969/1970) *Vocabulário das instituições Indo-européias*.

Finalmente, cabe assinalar uma outra consideração relevante de Benveniste. Para ele, a língua permite que o homem se situe na natureza e na sociedade; o homem “se situa necessariamente em uma classe, seja uma classe de autoridade ou classe da produção”²⁰. Em conseqüência, a língua, sendo uma prática humana, “revela o uso particular que grupos ou classes de homens fazem [dela] (...) e as diferenciações que daí resultam no interior de uma língua comum”²¹. Vemos,

17. Benveniste, E. *Problemas de Lingüística Geral II*. São Paulo, Cia. Editora Nacional/EDUSP, 1989, p. 95. (título original, 1968)

18. *Ibidem*, p. 98.

19. *Ibidem*, p. 99.

20. *Ibidem*, p. 101.

21. *Ibidem*, p. 102.

assim, que Benveniste articula a questão da relação língua e sociedade no plano geral da construção do humano e, particularmente, no plano das relações concretas e contingentes estabelecidas na vida social.

O esboço feito até aqui pode ser reduzido a uma afirmação muito simples: a questão da relação é óbvia e complexa ao mesmo tempo. Sabemos que é inegável, mas também que a passagem do social ao lingüístico — e do lingüístico ao social — não é feita com tranqüilidade. Não há consenso sobre o modo de tratar e de explicitar a questão da relação entre linguagem e sociedade: o fato é que o lugar reservado a essa consideração constitui um dos grandes “divisores de águas” no campo da reflexão da Lingüística contemporânea.

2. A SOCIOLINGÜÍSTICA: FIXAÇÃO DE UM CAMPO DE ESTUDOS

O termo Sociolingüística, relativo a uma área da Lingüística, fixou-se em 1964. Mais precisamente, surgiu em um congresso, organizado por William Bright, na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), do qual participaram vários estudiosos, que se constituíram, posteriormente, em referências clássicas na tradição dos estudos voltados para a questão da relação entre linguagem e sociedade: John Gumperz, Einar Haugen, William Labov, Dell Hymes, John Fisher, José Pedro Rona. Ao organizar e publicar, em 1966, os trabalhos apresentados no referido congresso sob o título *Sociolinguistics*, Bright escreve o texto introdutório “As dimensões da Sociolingüística”²², em que define e caracteriza a nova área de estudo. A proposta de Bright para a Sociolingüística é a de que ela deve “demonstrar a covariação sistemática das variações lingüística e social. Ou seja, relacionar as variações lingüísticas observáveis em uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura social desta mesma sociedade”²³. Segundo o referido autor, o objeto de estudo da Sociolingüística é a diversidade lingüística. E, como que estabelecendo um roteiro para atividades de pesquisa a serem desenvolvidas na área da Sociolingüística, Bright, na mesma obra, identifica um conjunto de fatores socialmente definidos, com os quais se supõe que a diversidade lingüística esteja relacionada, como:

- a) identidade social do emissor ou falante — relevante, por exemplo, no estudo dos dialetos de classes sociais e das diferenças entre falas femininas e masculinas;

- b) identidade social do receptor ou ouvinte — relevante, por exemplo, no estudo das formas de tratamento, da *baby talk* (fala utilizada por adultos para se dirigirem aos bebês);
- c) o contexto social — relevante, por exemplo, no estudo das diferenças entre a forma e a função dos estilos formal e informal, existentes na grande maioria das línguas;
- d) o julgamento social distinto que os falantes fazem do próprio comportamento lingüístico e sobre o dos outros, isto é, as atitudes lingüísticas.

A propósito do nascimento da Sociolingüística, Bachmann et al. (1981) tecem considerações interessantes. Segundo estes autores, o novo campo é o lugar

onde vão se encontrar os herdeiros de tradições antigas como a da antropologia lingüística — caso de Hymes — ou da dialectologia social — como Labov — e de especialistas da experimentação ou da intervenção social: psicólogos, sociólogos, e mesmo planificadores²⁴.

Os referidos autores observam, também, que a Sociolingüística se constitui e floresce no momento em que o formalismo, representado pela gramática de Chomsky²⁵, alcança enorme repercussão, em rota para o seu percurso vitorioso. Vemos, assim, que, de um lado, a preocupação com as relações entre linguagem e sociedade tinha raízes históricas no contexto acadêmico norte-americano, e também que a oposição entre uma abordagem imanente da língua *versus* a consideração do contexto social é posta com grande vitalidade no campo dos estudos lingüísticos. De fato, a constituição da Sociolingüística se fez, claramente, a partir da atividade de vários estudiosos e pesquisadores que deram continuidade à tradição, inaugurada no começo do século XX por F. Boas (1911) e seus discípulos mais conhecidos — Edward Sapir (1921) e Benjamin L. Whorf (1941): a chamada Antropologia Lingüística. Nessa vertente, em que linguagem, cultura e sociedade são considerados fenômenos inseparáveis, lingüistas e antropólogos trabalham lado a lado e, mesmo, de modo integrado. Nesse sentido, o que há de novo é a definição de uma área explicitamente voltada para o tratamento do fenômeno lingüístico no contexto social no interior da Lingüística, animada pela atuação de lingüistas e, particularmente, de estudiosos formados em campos das ciências sociais. A Sociolingüística nasce marcada por uma origem

22. Ver Bright, W. As dimensões da Sociolingüística. In: Fonseca, M. S. & Neves, M. F. (orgs.) *Sociolingüística*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974.

23. *Ibidem*, p. 34.

24. Bachmann, C. et al. *Language et communications sociales*. Paris, Hatier, 1974, p.17.

25. Remetemos o leitor ao capítulo de “Sintaxe” neste mesmo volume.

interdisciplinar. É oportuno assinalar que o estabelecimento da Sociolingüística, em 1964, é precedido pela atuação de vários pesquisadores, que buscavam articular a linguagem com aspectos de ordem social e cultural. Destacaremos, aqui, dois desses pesquisadores. Em 1962, Hymes publica um artigo em que propõe um novo domínio de pesquisa, a Etnografia da Fala, rebatizada mais tarde como Etnografia da Comunicação²⁶. De caráter interdisciplinar, buscando a contribuição de áreas como a Etnologia, a Psicologia e a Lingüística, o novo domínio pretende descrever e interpretar o comportamento lingüístico no contexto cultural e, deslocando o enfoque tradicional sobre o código lingüístico, procura definir as funções da linguagem a partir da observação da fala e das regras sociais próprias a cada comunidade. Questões como *Qual o comportamento lingüístico adequado para homens, mulheres e crianças na comunidade X?* ou *Que momentos são adequados para o exercício da fala na comunidade Y?* podem ser tomadas como ponto de partida para pesquisas em Etnografia da Comunicação. Mais tarde, Hymes (1972) publicou um artigo de grande impacto — “Models of the interaction of language and social life” — no qual estabelece os princípios teóricos e metodológicos da Etnografia da Comunicação.

Em 1963, Labov publica seu célebre trabalho sobre a comunidade da ilha de Martha's Vineyard, no litoral de Massachusetts, em que sublinha o papel decisivo dos fatores sociais na explicação da variação lingüística, isto é, da diversidade lingüística observada. Nesse texto, o autor relaciona fatores como *idade, sexo, ocupação, origem étnica e atitude* ao comportamento lingüístico manifesto dos vineyardenses, mais concretamente, à pronúncia de determinados fones do inglês. Logo em 1964, Labov finaliza sua pesquisa sobre a estratificação social do inglês em New York, em que fixa um modelo de descrição e interpretação do fenômeno lingüístico no contexto social de comunidades urbanas — conhecido como Sociolingüística Variacionista ou Teoria da Variação, de grande impacto na Lingüística contemporânea²⁷. A segunda parte desse capítulo tratará especificamente dessa vertente da Sociolingüística.

Assim, o rótulo “sociolingüística”, como foi possível observar, reuniu e agregou, no seu início, pesquisadores marcados pela formação acadêmica em diferentes campos do saber e marcados também pela preocupação com as implicações teóricas e práticas do fenômeno lingüístico na sociedade norte-americana-

26. Hymes, D. The ethnography of speaking. In: Gladwin, T. & Stutervant, W.C. (orgs.) *Anthropology and human behavior*. Washington, D.C., The Anthropological Society of Washington, 1964. (título original, 1962)

27. Labov, W. *The stratification of English in New York city*. Washington, D.C., Center for Applied Linguistics, 1966.

na. Surgem, assim, pesquisas voltadas para as minorias lingüísticas (imigrantes porto-riquenhos, poloneses, italianos etc.)²⁸, e para a questão do insucesso escolar de crianças oriundas de grupos sociais desfavorecidos (negros e imigrantes, particularmente). Em suma, a realidade diversificada, tanto lingüística como cultural dos Estados Unidos, torna-se um ponto de reflexão básico para um contingente significativo de estudiosos. A propósito, vale lembrar que, também em 1964, houve um congresso em Bloomington, Indiana, em que lingüistas e cientistas sociais debateram questões relativas às relações interdisciplinares, ao campo da dialectologia social, à escolarização de crianças provenientes de meio social pobre e de origem estrangeira. Três obras referenciais foram organizadas a partir dos trabalhos apresentados nesse congresso: Ferguson (1965) *Directions in Sociolinguistics: report on a interdisciplinary seminar*, Lieberman (1966) (ed.) *Explorations in Sociolinguistics*, e Schuy (1964) (ed.) *Social dialects and language learning*.

3. A SOCIOLINGÜÍSTICA: OBJETO, CONCEITOS, PRESSUPOSTOS

Pondo de maneira simples e direta, podemos dizer que o objeto da Sociolingüística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a *comunidade lingüística*, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos lingüísticos. Em outras palavras, uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras. Tomemos, como exemplo, o uso do modo imperativo em português. Para os falantes do português, o imperativo denota ordem, exortação, conselho, solicitação, segundo o significado do verbo e o tom de voz utilizado, como em: “Vai-te embora”; “Ouve este conselho!”; “Vem cá!”; “Desce daí!”. Consideremos, agora, as seguintes observações de Cunha & Cintra:

Atenuação.

Por dever social e moral, geralmente evitamos ferir a suscetibilidade de nosso interlocutor com a rudeza de uma ordem. Entre os numerosos meios de que nos

28. Ver Fishman, J. A. et al. *Language loyalty in the United States*. Mouton, The Hague, 1966. Ver também Fishman, J. A. et al. *Bilingualism in the Barrio: the measurement and description of language dominance in bilinguals*. Washington, D.C., Dept. of Health, Education and Welfare, 1968.

servimos para enfraquecer a noção de comando, devemos ressaltar (além dos já estudados), pela sua eficiência, o emprego de fórmulas de polidez ou de civilidade, tais como: *por favor, por gentileza, digne-se de, tenha a bondade etc.*:

— Fale mais alto, *por favor!* (F. Botelho, X, 177).

— Entrem, *por favor*, que não ocupam lugar — exclamou Seu Pio. (A. F. Schmidt, GB, 165)

— Tenham a bondade de sentar e esperar um momento. [= Sentem-se e esperem um momento.] (R. Braga, CCE, 272)

É claro que também aqui o tom de voz é de uma suma importância. Qualquer dessas frases pode, não obstante as fórmulas de cortesia empregadas, tornar-se rude e seca, ou mesmo insolente, com a simples mudança de entoação²⁹.

A depender do alcance e dos objetos de um trabalho de natureza sociolingüística, podemos selecionar e descrever comunidades de fala como a cidade de New York ou a cidade do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Belém. Ou o povo *ianomâmi*, que vive no Estado do Amapá. Ou, ainda, as comunidades dos pescadores do litoral do Estado do Rio de Janeiro, da ilha de Marajó, dos estudantes de Direito, dos *rappers* etc.

Ao estudar qualquer comunidade lingüística, a constatação mais imediata é a existência de diversidade ou da variação. Isto é, toda comunidade se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de falar. A essas diferentes maneiras de falar, a Sociolingüística reserva o nome de *variedades lingüísticas*. O conjunto de variedades lingüísticas utilizado por uma comunidade é chamado *repertório verbal*. Assim é que, a propósito da cidade de Bruxelas, na Bélgica — país caracterizado pelo bilingüismo francês-flamengo (variedade do holandês) — Fishman aponta:

Os funcionários administrativos do Governo, em Bruxelas, que são de origem flamenga, nem sempre falam holandês *entre si*, mesmo quando todos sabem holandês *muito* bem e *igualmente* bem. Não só há ocasiões em que falam francês *entre si*, em vez de holandês, como também há algumas ocasiões em que falam entre si o holandês *standard* enquanto em outras usam esta ou aquela variedade regional do holandês. De fato, alguns da mesma forma usam diferentes variedades de francês: uma variedade particularmente carregada de termos administrativos oficiais, outra correspondendo ao francês não técnico falado nos círculos de educação superior e refinados da Bélgica, e, ainda outra, que não é apenas um “francês mais coloquial” mas o francês coloquial dos que são flamengos. Em suma,

29. Cunha, C. & Cintra, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

essas diversas variedades de holandês e de francês constituem o *repertório lingüístico* de certos complexos sociais flamengos em Bruxelas³⁰.

Caso consideremos uma comunidade como a de Salvador, observaremos que o seu repertório lingüístico se constitui de variedades lingüísticas distintas, dado que os habitantes da cidade falam de modo diferente em função, por exemplo, de sua origem regional, de sua classe social, de suas ocupações, de sua escolaridade e também da situação em que se encontram. Assim é que um falante que pronuncia a palavra “doido” como [’dojdʒu] revela sua proveniência da região interiorana, assim como a pronúncia da palavra “cozinha” como [kũj’ziẽ] indica, além da origem social, a sua pouca escolaridade. Um mesmo habitante de Salvador, segundo a situação em que se encontrar, poderá optar entre usar as expressões “Fiquei retado” ou “Fiquei aborrecido”, assim como entre “João convidou ele” ou “João o convidou”.

Qualquer língua, falada por qualquer comunidade, exibe sempre variações. Pode-se afirmar mesmo que nenhuma língua se apresenta como uma entidade homogênea. Isso significa dizer que qualquer língua é representada por um conjunto de variedades. Concretamente: o que chamamos de “língua portuguesa” engloba os diferentes modos de falar utilizado pelo conjunto de seus falantes do Brasil, em Portugal, em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Timor etc.

Língua e variação são inseparáveis: a Sociolingüística encara a diversidade de lingüística não como um problema, mas como uma qualidade constitutiva do fenômeno lingüístico. Nesse sentido, qualquer tentativa de buscar apreender apenas o invariável, o sistema subjacente — se valer de oposições como “língua e fala”, ou competência e *performance* — significa uma redução na compreensão do fenômeno lingüístico. O aspecto formal e estruturado do fenômeno lingüístico é apenas parte do fenômeno total.

3.1. A variação lingüística: um recorte

Todas as línguas do mundo são sempre continuções históricas. Em outras palavras, as gerações sucessivas de indivíduos legam a seus descendentes o domínio de uma língua particular. As mudanças temporais são parte da história das línguas. Dois exemplos de mudança histórica no português são ilustrativos:

30. Fishman, J. A. A sociologia da linguagem. In: Fonseca, M. S. V. & Neves, M. F. (orgs.) *Sociolingüística*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974, p. 28.

- a) no português arcaico (entre os séculos XII e XVI), ocorriam construções impessoais em que a indeterminação do sujeito era indicada pelo vocábulo “homem”, com o mesmo sentido que, atualmente, usamos o pronome “se”. Por exemplo: “E pode homem hyr de Santarem a Beia [Beja] em quatro dias”³¹, que corresponde, modernamente, a “E pode-se ir de Santarém a Beja em quatro dias”;
- b) a forma de tratamento “Vossa Senhoria” é atestada nos meados do século XV como expressão reservada ao rei. Já no final do século XVI, esta perde seu estatuto de realeza, sendo empregada no trato com arcebispos, bispos, duques, marqueses, condes, além de uma gama de altos funcionários (como, por exemplo, vice-rei ou governador da Índia)³².

No plano sincrônico, as variações observadas nas línguas são relacionáveis a fatores diversos: dentro de uma mesma comunidade de fala, pessoas de origem geográfica, de idade, de sexo diferentes falam distintamente. É bom frisar que não existe nenhuma relação de causalidade entre o fato de nascer em uma determinada região, ser de uma classe social determinada etc., e falar de uma certa maneira.

Os falantes adquirem as variedades lingüísticas próprias a sua região, a sua classe social etc. De uma perspectiva geral, podemos descrever as variedades lingüísticas a partir de dois parâmetros básicos: a variação geográfica (ou diatópica) e a variação social (ou diastrática).

A variação geográfica ou diatópica está relacionada às diferenças lingüísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origens geográficas distintas. Alguns exemplos:

- a) brasileiros e portugueses se distinguem em vários aspectos de sua fala. No plano lexical, apenas um exemplo: “combóio” em Portugal, “trem” no Brasil. No plano fonético: a pronúncia aberta da vogal anterior média como em “prémio” [ˈpremjɔ], em contraste com a pronúncia fechada no Brasil, “prêmio” [ˈpremjʊ]. No plano gramatical: derivações diversas de uma raiz comum, como em *ficheiro*, *paragem*, *bolseiro*, que no Brasil correspondem a *fichário*, *parada* e *bolsista*; a colocação de advérbios como em “Lá não vou” (Portugal) e “Não vou lá” (Brasil);³³

31. Dias, A. E. S. *Sintaxe histórica portuguesa*. 4. ed. Lisboa, Clássica, 1959, p. 22. (título original, 1884)

32. Cintra, L. F. L. Origens do sistema de formas de tratamento do português actual. In: *Sobre as formas de tratamento na língua portuguesa*. Lisboa, Horizonte, 1972. (título original, 1965)

33. Ver Câmara Jr., J. M. Línguas européias de ultramar: o português do Brasil. In: *Dispersos*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975. (título original, 1963). Ver também Boléo, M. P. *Brasileirismo*. Brasília, v. 3, pp. 3-42, 1943.

- b) entre falantes brasileiros originários das regiões nordeste (incluída a Bahia) e sudeste, percebemos diferenças fonéticas, como, por exemplo, a pronúncia de vogais médias pretônicas — como ocorre na palavra “melado” — pronunciadas como vogais abertas no nordeste [meˈladu] e fechadas no sudeste [meˈladʊ]. Percebemos também diferenças gramaticais, como, por exemplo, a preferência pela posposição verbal da negação, como em “sei não” (nordeste) e “não sei” (ou, “não sei, não”, no sudeste); o uso do artigo definido antes de nomes próprios como em “Falei com Joana” (nordeste) e “Falei com a Joana” (sudeste);
- c) no Estado da Bahia, por exemplo, a origem urbana ou rural pode ser evidenciada pelo uso da expressão “de primeiro” [di primero], em lugar de “antigamente”, “anteriormente”.

Tomando-se a comunidade de fala de língua portuguesa como um todo, podemos nos referir às variedades brasileira, portuguesa, baiana, curitibana, rural paulista (ou caipira) etc.

A variação social ou diastrática, por sua vez, relaciona-se a um conjunto de fatores que têm a ver com a identidade dos falantes e também com a organização sociocultural da comunidade de fala. Neste sentido, podemos apontar os seguintes fatores relacionados às variações de natureza social: a) classe social; b) idade; c) sexo; d) situação ou contexto social. Em relação aos três primeiros fatores, nos limitaremos a fornecer exemplos, remetendo, para um tratamento variacionista dos fatores em questão, à segunda parte deste capítulo. No que diz respeito ao fator situação ou contexto social, faremos uma exposição um pouco mais aprofundada.

- a) Classe social: observemos alguns exemplos indicativos de pertencente à fala de grupos situados abaixo na escala social:
- uso de dupla negação, como em “ninguém não viu”, “eu nem num gosto”;
 - presença de [r], em lugar de [l], em grupos consonantais, como em “brusa” (blusa) e “grobo” (globo);
 - na Índia, existem as castas brâmane (superior), não brâmane (média) e intocável (inferior), que correspondem à hierarquia social vigente. Na área de Bangalore, a língua Kannada apresenta dados relativos a esta diferenciação social: a palavra “nome” tem as formas /hesru/, “hesru”, na variedade coloquial dos brâmanes, e /yesru/, “yesru”, na variedade não brâmane; a expressão “com licença” é realizada como /kšamisu/

“kšamisu”, na variedade coloquial dos brâmanes e /cemsu/, “cemsu”, na variedade coloquial dos não brâmanes (Bright, 1960).

b) Idade:

- o uso de léxico particular, como presente em certas gírias (“maneiro”, “esperto”, com o sentido de avaliação positiva sobre coisas, pessoas e situações), denota faixa etária jovem;
- uso de pronome *tu* em situações de interação entre iguais no Rio de Janeiro, como em “Tu viu só?”, também sugere que os falantes são jovens;
- a pronúncia fechada da vogal tônica posterior da palavra “senhora” [seˈnoɾɐ], em lugar de [seˈnoɾɐ], é característica de alguns falantes mais velhos.

c) Sexo:

- a duração de vogais como recurso expressivo, como em “maaravilhoso”, costuma ocorrer na fala de mulheres (Camacho, 1978), assim como o uso freqüente de diminutivos, como “bonitinho”, “gostosinho”, “vermelhinho”;
- na língua Zuñi, falada por um grupo indígena da América do Norte, os fones [ty] e [c] falados por pessoas do sexo feminino correspondem a [ky] na fala masculina;
- no japonês, para o pronome de primeira pessoa *eu*, além de uma forma utilizável por todos os falantes, existem as formas “atashi”, usada exclusivamente por mulheres, e “boku”, própria aos homens.

- d) Situação ou contexto social: é um fato muito conhecido que qualquer pessoa muda sua fala, de acordo com o(s) seu(s) interlocutor(es) — se este é mais velho ou hierarquicamente superior, por exemplo —, segundo o lugar em que se encontra — em um bar, em uma conferência — e até mesmo segundo o tema da conversa — fofoca, assunto científico. Ou seja, todo falante varia sua fala segundo a situação em que se encontra.

Fishman (1972) assim se pronuncia: “uma situação é definida pela co-ocorrência de dois (ou mais) interlocutores mutuamente relacionados de uma maneira determinada, comunicando sobre um determinado tópico, num contex-

to determinado”³⁴. Uma definição desse tipo possibilita descrever os padrões de uma determinada sociedade com respeito ao uso das variedades lingüísticas. Isto é, qual o comportamento lingüístico adequado às situações em que se encontram os falantes. Consideremos, por exemplo, a situação de uma defesa de tese e a comemoração que se segue à aprovação desta tese, que envolve as mesmas pessoas. As diferenças existentes entre as duas situações — tema das conversas, local etc. — podem fazer com que uma sociedade considere adequado utilizar variedades lingüísticas diferentes ou a mesma. Segue-se, então, que cada grupo social estabelece um contínuo de situações cujos pólos extremos e opostos são representados pela formalidade e informalidade. Em nossa sociedade, conferências, entrevistas para obtenção de emprego, solicitação de informação a um desconhecido, contato entre vendedores e clientes são, em geral, vistos como situações formais. Já situações como passeatas, mesas redondas sobre esporte, bate-papo em bar, festas de Natal nas empresas são definidas como informais. As variedades lingüísticas utilizadas pelos participantes das situações devem corresponder às expectativas sociais convencionais: o falante que não atender às convenções pode receber algum tipo de “punição”, representada, por exemplo, por um franzir de sobrancelhas.

Há um tipo de interação social particular em que um falante decide mudar de variedade lingüística sem que tenha ocorrido mudança de situação: é o que Fishman (1972) chama de *mudança metafórica*. Um bom exemplo é uma conversa em que o pai interroga a filha nos seguintes termos: “Aonde a senhora pensa que vai?” — em que o uso da forma de tratamento “senhora” está obviamente carregado de ironia.

Aprende-se a falar na convivência. Mas, mais do que isso, aprendemos quando devemos falar de um certo modo e quando devemos falar de outro. Os indivíduos que integram uma comunidade precisam saber quando devem mudar de uma variedade para outra. Segundo Fishman (1972), os membros de qualquer comunidade “adquirem lenta e inconscientemente as competências comunicativa e sociolingüística, com respeito ao uso apropriado da língua”³⁵. Em termos concretos, é possível afirmar que os falantes aprendem quando podem falar e quando devem permanecer em silêncio, se podem utilizar a forma imperativa para dar uma ordem ou se devem se valer de uma expressão modalizada, como em “saíam daqui, já” ou “por favor, dirijam-se à saída”; se é oportuno

34. Fishman, J. A. A sociologia da linguagem. In: Fonseca, M. S. V. & Neves, M. F. (orgs.) *Sociolingüística*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974, p. 29. (título original, 1972)

35. Ibidem.

dizer “tô fora” ou “não vai ser possível”; ou, ainda, “a gente não sabia” ou “não sabíamos”, ou ainda “desconhecíamos”.

Às variações lingüísticas relacionadas ao contexto chamamos de *variações estilísticas* ou *registros*. Nesse sentido, os falantes diversificam sua fala — isto é, usam *estilos* ou *registros* distintos — em função das circunstâncias em que ocorrem suas interações verbais. Segundo Camacho, os falantes adequam suas formas de expressão às finalidades específicas de seu ato enunciativo, sendo que tal adequação “decorre de uma seleção dentre o conjunto de formas que constitui o saber lingüístico individual, de um modo mais ou menos consciente”³⁶. A seleção de formas envolve, naturalmente, um grau maior ou menor de reflexão, por parte do falante: o uso do estilo formal, em relação ao informal, requer uma atuação mais consciente. Assim é que observamos estilos distintos quando um falante conversa com um amigo ou com vizinhos recém-conhecidos, ou com um médico, durante uma consulta, bem como ao escrever um bilhete a um colega de faculdade, uma carta à seção de leitores de um jornal ou ao elaborar um relatório dirigido a um superior no trabalho. A terminologia para se referir aos diferentes estilos de fala não é nada precisa. Utilizamos, muito genericamente, expressões como *estilos formal, informal, coloquial, familiar, pessoal*.

A noção de situação — tal como foi definida — tem um alcance restrito, reduzindo-se, praticamente, à consideração da cena em que ocorrem as interações verbais. É útil e produtivo entender situação de uma perspectiva mais abrangente, a saber, como o contexto social global de uma comunidade, com suas marcas históricas e culturais próprias. Pensamos aqui, particularmente, nos contextos ritualísticos e religiosos que, tomados como ponto de partida, sugerem o estudo de variedades e usos lingüísticos especiais. Assim, por exemplo, o contexto das tradições religiosas sugere o estudo das linguagens esotéricas, das fórmulas e invocações propiciatórias às práticas da relação com o mundo do sagrado. O contexto da ordenação jurídica, por sua vez, sugere o estudo das variedades lingüísticas particulares utilizadas pelos tabeliães, advogados, juízes e promotores nos julgamentos.

No campo dos usos religiosos, cabe citar o fascinante trabalho de Michel Leiris (1948), *La langue secrète des Dogon de Sanga*, que se ocupa da língua iniciática do povo Dogon que habita uma região do atual Mali (antigo Sudão Francês). Sobre a comunidade brasileira, há um interessante estudo de Maria

36. Camacho, R. A variação lingüística. In: *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o segundo grau*. São Paulo, CENP, Secretaria do Estado da Educação, v. IV, 1978, p.17.

Izabel S. Magalhães (1985), *The rezas and benzeções: healing speech activities in Brazil*, que focaliza a prática lingüística de benzedores, a partir de dados coletados em cidades-satélites de Brasília.

W. M. O’Barr & J. F. O’Barr (1976) organizaram um volume, de extremo interesse — *Language and politics* — em que analisam a questão das relações entre linguagem e o funcionamento do sistema de ordenações legais na Índia e na Tanzânia, dois países que compartilham algumas características marcantes: são ex-colônias inglesas, sociedades plurilíngües e precisam pensar a questão da relação entre a herança histórica tradicional e a recente, produzida pelo colonialismo inglês.

Os parâmetros da variação lingüística são diversos, como se pode inferir da exposição feita até aqui. Para efeito de apresentação, isolamos os fatores a que a variação lingüística, como um todo, está relacionada. Não podemos deixar de apontar, no entanto, que, na realidade das relações sociais, os fatores de variação se encontram imbricados. No ato de interagir verbalmente, um falante utilizará a variedade lingüística relativa a sua região de origem, classe social, idade, escolaridade, sexo etc. e segundo a situação em que se encontrar. Por exemplo: um brasileiro, nascido em Recife, apresentará, sempre, vogais pretônicas abertas como em [reau] “real”, mas ainda a depender de sua escolaridade, da origem rural ou urbana, utilizará o verbo “assuntar” ou “prestar atenção” e, a depender da situação, dirá “Fui nada” ou “Fui não”.

3.2. As variedades lingüísticas e a estrutura social

Como já foi dito, em qualquer comunidade de fala, podemos observar a coexistência de um conjunto de variedades lingüísticas. Essa coexistência, entretanto, não se dá no vácuo, mas no contexto das relações sociais estabelecidas pela estrutura sociopolítica de cada comunidade. Na realidade objetiva da vida social, há sempre uma ordenação valorativa das variedades lingüísticas em uso, que reflete a hierarquia dos grupos sociais. Isto é, em todas as comunidades existem variedades que são consideradas superiores e outras inferiores. Em outras palavras, como afirma Gnerre, “uma variedade lingüística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”³⁷. Constata-se, de

37. Gnerre, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo, Martins Fontes, 1985, p. 4. (capítulo 1: Linguagem, poder e discriminação)

modo muito evidente, a existência de *variedades de prestígio* e de *variedades não prestigiadas* nas sociedades em geral. As sociedades de tradição ocidental oferecem um caso particular de variedade prestigiada: a *variedade padrão*. A variedade padrão é a variedade lingüística socialmente mais valorizada, de reconhecido prestígio dentro de uma comunidade, cujo uso é, normalmente, requerido em situações de interação determinadas, definidas pela comunidade como próprias, em função da formalidade da situação, do assunto tratado, da relação entre os interlocutores etc. A questão da língua padrão tem uma enorme importância em sociedades como a nossa. Algumas considerações a seu respeito se impõem.

A variedade padrão de uma comunidade — também chamada norma culta, ou língua culta — não é, como o senso comum faz crer, a língua por excelência, a língua original, posta em circulação, da qual os falantes se apropriam como podem ou são capazes. O que chamamos de variedade padrão é o resultado de uma atitude social ante a língua, que se traduz, de um lado, pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade e, de outro, pelo estabelecimento de um conjunto de normas que definem o modo “correto” de falar. Tradicionalmente, o melhor modo de falar e as regras do bom uso correspondem aos hábitos lingüísticos dos grupos socialmente dominantes. Em nossas sociedades de tradição ocidental, a variedade padrão, historicamente, coincide com a variedade falada pelas classes sociais altas, de determinadas regiões geográficas. Ou melhor, coincide com a variedade lingüística falada pela nobreza, pela burguesia, pelo habitante de núcleos urbanos, que são centros do poder econômico e do sistema cultural predominante.

Fishman (1970) define a padronização, isto é, o estabelecimento da variedade padrão, como um tratamento social característico da língua, que se verifica quando há diversidade social suficiente e necessidade de elaboração simbólica. Em outras palavras, a definição de uma variedade padrão representa o ideal da homogeneidade em meio à realidade concreta da variação lingüística — algo que, por estar acima do corpo social, representa o conjunto de suas diversidades e contradições. A variedade alçada à condição de padrão não detém propriedades intrínsecas que garantem uma qualidade “naturalmente” superior às demais variedades. Na verdade, a padronização é sempre historicamente definida. Isto é, cada época determina o que considera como forma padrão: determinadas pronúncias, construções gramaticais e expressões lexicais. Segue-se, então, que certas formas podem ser consideradas como pertencentes à variedade padrão em uma época e deixar de sê-lo em outra. As línguas mudam incessantemente, e a definição do “certo”, do “agradável” e do “adequado” também. Na prática, podemos concordar com Fishman, o que é padrão pode tornar-se não padrão, e

o que é considerado não padrão pode ser estabelecido como padrão. A história da língua portuguesa, como a de tantas outras, oferece-nos inumeráveis exemplos dessa ordem de fatos. Consideremos, a propósito, os seguintes exemplos do século XVI:

- as formas “dereito”, “despois”, “frecha”, “frito”, “premeiramente”, hoje desabonadas, são encontradas no texto da carta de Pero Vaz de Caminha, de 1500;
- as formas “fruta”, “escuitar”, “intonce”, assim como as construções sintáticas do tipo “deseja de comprar” (com a presença da preposição *de*) e “se esta gente, cuja valia e obra tanto amaste/não queres que padeçam vitupério” (concordância do sujeito *gente* com o verbo flexionado no plural) — hoje consideradas incorretas — são encontradas em *Os Lusíadas*, de Camões (1572).

Como se vê, representações de pronúncias e construções gramaticais atestadas em textos legitimados não são mais consideradas como “bom uso”. Como entender, então, que ocorrências equivalentes, tão vivas em variedades não padrões contemporâneas, como por exemplo “Framengo”, “ele deve de sair, agora” e “a gente fomos lá”, sejam consideradas como “erradas”, “fruto de ignorância”? A fala das classes altas mudou e a de outros grupos sociais reteve esses usos: esse foi o “erro”.

A avaliação social das variedades lingüísticas é um fato observável em qualquer comunidade da fala. Frequentemente, ouvimos falar em línguas “simples”, “inferiores”, “primitivas”. Para a Lingüística, esse tipo de afirmação carece de qualquer fundamento científico. Toda língua é adequada à comunidade que a utiliza, é um sistema completo que permite a um povo exprimir o mundo físico e simbólico em que vive. É absolutamente impróprio dizer que há línguas pobres em vocabulário. Não existem também sistemas gramaticais imperfeitos. Seria um contra-senso imaginar seres humanos com uma “meia língua”. A falta de léxico específico para descrever, por exemplo, a astronomia na língua de um povo corresponde ao desinteresse por este assunto: a sociedade não tem necessidade de dominar este dado do real. Caso a sociedade necessite, basta fazer empréstimos lingüísticos: o contato cultural com outros povos, o conhecimento de novos conteúdos ou a descoberta de realidades até então desconhecidas são o motor da elaboração de novos conceitos e da produção de novas palavras. Quanto ao aspecto gramatical, o estudo das mais distintas línguas tem revelado que ele se apresenta sempre como um sistema organizado e coerente de regras. As línguas diferem entre si em numerosos aspectos, e essas diferenças correspondem ao patrimônio expressivo da humanidade.

Assim como não existem línguas “inferiores”, não existem variedades lingüísticas “inferiores”. Como vimos, as línguas não são homogêneas e a variação observável em todas elas é produto de sua história e do seu presente. Em que se baseiam, então, as avaliações sociais? Podemos afirmar, com toda tranquilidade, que os julgamentos sociais ante a língua — ou melhor as atitudes sociais — se baseiam em critérios não lingüísticos: são julgamentos de natureza política e social. Não é casual, portanto, que se julgue “feia” a variedade dos falantes de origem rural, de classe social baixa, com pouca escolaridade, de regiões culturalmente desvalorizadas. Por que se considera “desagradável” o *r* retroflexo, o chamado *r caipira*, presente em realizações como [ˈpɔʁtɐ] “porta”? Afinal, a mesma articulação retroflexa ocorre em palavras do inglês como [kɑː] “car” (carro), que ninguém sente como “feia”. Em resumo: julgamos não a fala, mas o falante, e o fazemos em função de sua inserção na estrutura social.

Para a Sociolingüística, a natureza variável da língua é um pressuposto fundamental, que orienta e sustenta a observação, a descrição e a interpretação do comportamento lingüístico. As diferenças lingüísticas, observáveis nas comunidades em geral, são vistas como um dado inerente ao fenômeno lingüístico. A não aceitação da diferença é responsável por numerosos e nefastos preconceitos sociais e, neste aspecto, o preconceito lingüístico tem um efeito particularmente negativo. A sociedade reage de maneira particularmente consensual quando se trata de questões lingüísticas: ficamos unanimemente chocados diante da palavra inadequada, da concordância verbal não realizada, do estilo impróprio à situação de fala. A intolerância lingüística é um dos comportamentos sociais mais facilmente observáveis, seja na mídia, nas relações sociais cotidianas, nos espaços institucionais etc. A rejeição a certas variedades lingüísticas, concretizada na desqualificação de pronúncias, de construções gramaticais e de usos vocabulares, é compartilhada sem maiores conflitos pelos não especialistas em linguagem. O senso comum opera com a idéia de que existe uma língua — o bem social à disposição de todos — que é adquirida distintamente, em função de condições diversas, pelos falantes. Na realidade, existe sempre um conjunto de variedades lingüísticas em circulação no meio social. Aprende-se a variedade a que se é exposto, e não há nada de errado com essas variedades. Os grupos sociais dão continuidade à herança lingüística recebida. Nesse sentido, é preciso ter claro que os grupos situados embaixo na escala social não adquirem a língua de modo imperfeito, não deturpam a língua “comum”. A homogeneidade lingüística é um mito, que pode ter conseqüências graves na vida social. Pensar que a diferença lingüística é um mal a ser erradicado justifica a prática da exclusão e do bloqueio ao acesso a bens sociais. Trata-se sempre de impor a cultura dos grupos detentores do poder (ou a eles ligados) aos outros grupos — e a

língua é um dos componentes do sistema cultural. A existência de uma variedade padrão, que desloca todas as outras variedades lingüísticas e cria um contexto de relações assimétricas entre falantes de uma comunidade, é um exemplo objetivo dessa questão. Cabe aos usuários das variedades não-padrões adotar a variedade socialmente aceitável — pelo menos, em certas circunstâncias, como em situação de fala pública ou durante uma entrevista em uma agência de emprego. Por que aprender um outro modo de falar? Onde adquirir este outro modo de falar? A motivação para falar um outro modo de falar é sempre social, e isso pode ser produzido pela escola, ou pela experiência social. De qualquer maneira, a decisão de falar de um modo distinto daquele que aprendemos não se concretiza facilmente: há sempre um longo caminho a percorrer, tanto mais longo quanto mais distante se encontra o falante dos padrões lingüísticos e culturais legitimados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marcada por uma heterogeneidade original, a Sociolingüística dos anos 1960 pode ser vista como o ponto de partida de novas correntes e orientações de pesquisas, centradas no trato do fenômeno lingüístico relacionado ao contexto social e cultural, que se distinguem, de forma mais evidente, pela vinculação explícita a algum campo das ciências humanas. De uma perspectiva bem geral, podemos apontar a Antropologia e a Sociologia como áreas relevantes. Dentre estas correntes, destacaremos apenas algumas:

- a Sociologia da Linguagem, representada por J. Fishman;
- a Sociolingüística Interacional, ligada ao nome de J. Gumperz;
- a Dialectologia Social, associada ao trabalho de estudiosos como R. Shuy e P. Trudgil;
- a Etnografia da Comunicação, inseparável do nome de D. Hymes, referida anteriormente. Caberia, também, uma referência, nesta vertente, aos trabalhos de R. Bauman e J. Sherzer, voltados, particularmente, para a questão da arte verbal e da poética dos gêneros de fala.

Algumas antologias, bastante citadas, oferecem uma visão da produção no campo da Sociolingüística e permitem observar a diversidade de temas estudados e de abordagens praticadas, como, por exemplo: Pride, J. B. & Holms, J. (1972) (orgs.), *Sociolinguistics*; Giglioli, P. P. (1974) (org.), *Language and social context*; Coupland, N. & Jaworski, A. (1997) (orgs.), *Sociolinguistics*. Duas outras referências merecem ser feitas: a coletânea de trabalhos representativos

da Sociolinguística praticada no mundo românico — Dittmar, N. & Schlieben-Lange, B. (1982) (orgs.), *La Sociolinguistique dans les pays de langue romane* — e o número 89 do periódico *International Journal of Sociology of Language* (1989), dedicado à produção brasileira.

5. BIBLIOGRAFIA

- BACHMANN, C. et al. *Langage et communications sociales*. Paris, Hatier, 1981.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 5. ed. São Paulo, Hucitec, 1990. (título original, 1929)
- BAUMAN, R. & SHERZER, J. (orgs.) *Explorations in the ethnography of speaking*. London, Cambridge University Press, 1974.
- BENVENISTE, E. *Vocabulário das instituições indo-européias*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2 v., 1995. (título original, 1969/1970)
- _____. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: *Problemas de linguística geral II*. São Paulo, Cia. Editora Nacional/EDUSP, 1989. (título original, 1968)
- _____. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da Linguística. In: *Problemas de linguística geral*. São Paulo, Cia. Editora Nacional/EDUSP, 1976. (título original, 1963)
- BOAS, F. *Introduction to the handbook of American Indian languages*. Washington, D. C., Georgetown University Press, 1911.
- BODINE, A. Sexocentrismo e pesquisas lingüísticas In: AEBISCHER, V. & FOREL, C. (orgs.) *Falas masculinas e falas femininas?* São Paulo, Brasiliense, 1983.
- BOLÉO, M. P. Brasileirismo. *Brasília*, v. 3, 1943, pp. 3-42.
- BRIGHT, W. (org.) *Sociolinguistics*. In: PROCEEDING OF THE UCLA SOCIOLINGUISTICS CONFERENCE, 1964. 3. ed. Mouton, The Hague, 1966.
- _____. Dialeto social e história da linguagem. In: FONSECA, M. S. V. & NEVES, M. F. (orgs.) *Sociolingüística*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974. (título original, 1960)
- BAUMAN, R. *Verbal art as performance*. Rowley, Mass., Newbury House Publishers, 1977.
- CAMACHO, R. A variação lingüística. In: *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o segundo grau*. São Paulo, CENP, Secretaria do Estado da Educação, v. IV, 1978.
- CÂMARA, Jr., J. M. *História da lingüística*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- _____. Línguas européias de ultramar: o português do Brasil. In: *Dispersos*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975. (título original, 1963)
- CINTRA, L. F. L. Origens do sistema de formas de tratamento do português actual. In: *Sobre as 'formas de tratamento' na língua portuguesa*. Lisboa, Horizonte, 1972. (título original, 1965)

- COHEN, M. *Matériaux pour une sociologie du langage*. Paris, Maspero, v. 2, 1956.
- COUPLAND, N. & JAWORSKI, A. (orgs.) *Sociolinguistics*. New York, St. Martin Press, 1997.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- DIAS, A. E. S. *Sintaxe histórica portuguesa*. 4. ed. Lisboa, Clássica, 1959. (título original, 1884)
- DITTMAR, N. & SCHLIEBEN-LANGE, B. (orgs.) *La Sociolinguistique dans les pays de langue romane*. Tübingen, Gunter Narr Verlag, 1982.
- FASOLD, R. *Sociolinguistics of language*. Oxford, Blackwell, 1990.
- FERGUSON, C. A. Directions in Linguistics: report on a interdisciplinary seminar. S.S.R.C. ITEMS. 19, n.1, pp. 1-14, 1965.
- FISHMAN, J. A. *Language and nationalism. Two integrative essays*. Rowley, Mass., Newbury House Publishers, 1973.
- _____. A Sociologia da linguagem. In: FONSECA, M. S. V. & NEVES, M. F. (orgs.) *Sociolingüística*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974 (título original, 1972)
- _____. *Sociolinguistics. A brief introduction*. Rowley, Mass., Newbury House Publishers, 1970.
- _____. et al. *Bilingualism in the Barrio: the measurement and description of language dominance in bilinguals*. Washington, D.C., Dept. of Health, Education and Welfare, 1968.
- _____. et al. *Language loyalty in the United States*. Mouton, The Hague, 1966.
- FONSECA, M. S. V. & NEVES, M. F. (orgs.) *Sociolingüística*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974.
- GERALDI, J. W. *Linguagem e ensino. Exercícios de militância e divulgação*. Campinas, Mercado de Letras, 1996.
- GIGLIOLI, P. P. *Language and social context. Selected readings*. Great Britain, Penguin Books, 1974.
- GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo, Martins Fontes, 1985. (capítulo 1: Linguagem, poder e discriminação)
- GUMPERZ, J. J. *Discourse strategies*. New York, Academic Press, 1981.
- _____. *Language in social groups. Essays by J. J. Gumperz*. Stanford, Stanford University Press, 1971.
- HOLMS, J. *An introduction to Sociolinguistics*. London, Longman, 1992.
- HYMES, D. Models of the interaction of language and social life. In: GUMPERZ, J. J. & HYMES, D. (orgs.) *Directions in Sociolinguistics. The ethnography of communication*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1972.
- _____. Introduction: toward ethnography of communication. In: GUMPERZ, J. J. & HYMES, D. (orgs.) *The ethnography of communication. American anthropologist (special publication)*. 66. 6. part 2. 1964.

- _____. The ethnography of speaking. In: GLADWIN, T. & STUTERVANT, W. C. (orgs.) *Anthropology and human behavior*. Washington, D.C., The Anthropological Society of Washington, 1964. (título original, 1962)
- MATOS, F. G. & BORTONI, S.M. (orgs.) Sociolinguistics in Brazil. In: *International journal of the Sociology of Language*, n. 89, 1991.
- JAKOBSON, R. *Relações entre a ciência da linguagem e as outras ciências*. Lisboa, Bertrand, 1973.
- _____. Lingüística e poética. In: *Lingüística e comunicação*. São Paulo, Cultrix, 1970. (título original, 1960)
- LABOV, W. *The stratification of English in New York city*. Washington, D.C., Center for Applied Linguistics, 1966.
- _____. The social motivation of a sound change. In: *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1963.
- LEIRIS, M. *La langue secrète des Dogon de Sanga*. Paris, Jean-Michel Place, 1992. (título original, 1948)
- LIEBERSON, S. (ed.) Explorations in Sociolinguistics. *Sociological Inquiry*, 36, n. 2, 1966.
- LYONS, J. *Introduction to theoretical linguistics*. London, Cambridge University Press, 1974.
- _____. *General linguistics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1968.
- MAGALHÃES, M. I. The rezas and benzeções: speech, symbols and kinesics in popular healing practices. In: *International journal of the Sociology of Language*, n. 89, pp. 61-74, 1991.
- _____. *The rezas and benzeções: healing speech activities in Brazil*. Tese de doutorado. Inglaterra, University of Lancaster, 1985.
- MALMBERG, B. *Histoire de la linguistique. De Summer à Saussure*. Paris, PUF, 1991.
- MEILLET, A. *Esquisse d'une histoire de la langue latine*. Paris, Klincksiek, 1977.
- _____. L'état actuel de la Linguistique générale. In: *Linguistique historique et Linguistique générale*. Paris, Honoré Champion, 1965. (título original, 1906)
- MILROY, L. *Language and social networks*. 2. ed. Oxford, Blackwell, 1992.
- O'BARR, W. M. & O'BARR, J. F. *Language and Politics*. Mouton, The Hague, 1976.
- PRIDE, J. B. & HOLMS, J. (orgs.) *Sociolinguistics*. New York, Penguin, 1972.
- RIBEIRO, B. T. & GARCEZ, P. M. (orgs.) *Sociolingüística Interacional. Antropologia e Sociologia em Análise do Discurso*. Porto Alegre, AGE, 1998.
- SAPIR, E. *A linguagem. Uma introdução ao estudo da fala*. 2. ed. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1971. (título original, 1921)
- SAUSSURE, F. de *Cours de Linguistique générale*. Edition critique préparé par Tullio de Mauro. Paris, Payot, 1981. (título original, 1916a)

- _____. *Curso de lingüística geral*. 3. ed. São Paulo, Cultrix, 1981. (título original, 1916b)
- SCHUY, R., WOLFRAN, W. & RILEY, W. K. A study of social dialects. In: *Detroit. Project 6-1347*. Washington, D.C., Office of Education, 1967.
- SCHUY, R. Social dialects and language learning. In: *PROCEEDING OF THE BLOOMINGTON CONFERENCE, INDIANA*. Champaign, Illinois, National Council of Teachers, 1964.
- SHERZER, J. *Verbal art in San Blas. Kuna culture through its discourse*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- TRUDGILL, P. *The social differentiation of English of Norwich*. Cambridge, Cambridge University Press, 1974.
- _____. *Sociolinguistics: an introduction*. New York, Penguin, 1974.
- WARTBURG, W. von & ULMANN, S. *Problemas e métodos da Lingüística*. São Paulo, DIFEL, 1975. (título original, 1943)
- WOLFRAN, W. *Linguistic correlates of social stratification in speech of Detroit negroes*. Phd. thesis. Hartford Seminary Foundation, 1969.
- WHORF, B. L. The relation of habitual thought and behavior to language. In: CARROL, J. B. (org.) *Language, thought and reality. Selected writings of Benjamin Lee Whorf*. New York, Cambridge University Press, 1941.